

FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF n.º 08.279.477/0001-60

Administração e Distribuição



Mellon Serviços Financeiros

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Distribuição pública de 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, da segunda emissão ("Quotas" e "Segunda Emissão", respectivamente) do Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações ("Fundo"), totalizando:

R\$ 189.838.000,00

(cento e oitenta e nove milhões oitocentos e trinta e oito mil reais)

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 391/03, tem por objetivo preponderante obter rendimentos a seus quotistas, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como, ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias que (i) tenham por objeto social a industrialização, o comércio, a importação e a exportação de produtos químicos, metálicos, farmacêuticos e seus derivados, ou (ii) que tenham por objeto social a participação em companhias cujo objeto social contemple as atividades acima descritas e, quando for o caso, de emissão de outras companhias que atendam aos requisitos descritos neste Prospecto (as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, as "Companhias Alvo").

As Quotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado ("Oferta"), coordenada pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 4.620, de 19 de dezembro de 1997, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora do Fundo ("Administrador"). A Segunda Emissão é composta por 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) Quotas com preço de emissão de R\$ 345,16 (trezentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos) cada uma, totalizando a Segunda Emissão o montante equivalente a até R\$ 189.838.000,00 (cento e oitenta e nove milhões oitocentos e trinta e oito mil reais).

O Fundo foi constituído, em 30 de janeiro de 2007, sendo que seu regulamento, conforme aditado, foi registrado no 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 6 de julho de 2007, sob n.º 694.924 ("Regulamento"). A Oferta foi registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400/03.

Os investidores devem ler a Seção Fatores de Risco deste Prospecto. Ainda que o Administrador e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, do gestor da Carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na Seção 3 deste Prospecto, nas páginas 16 a 19.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida ao Administrador, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. O Administrador poderá, outrossim, mediante orientação do Gestor, registrar as Quotas à negociação nos sistemas de negociação SOMA FIX e BOVESPA FIX, mantidos e operacionalizados pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial. Tais estratégias de derivativos, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os quotistas do Fundo.

“A autorização para funcionamento do Fundo e/ou negociação das Quotas não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo.”

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto ao Administrador e à CVM.

A data deste Prospecto é 9 de julho de 2007

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	5
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	10
Características da Oferta	11
Negociação das Quotas	13
Custos de Distribuição Pública das Quotas	13
Outras Informações	14
Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes	14
Declaração do Administrador	15
3. FATORES DE RISCO	16
Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida	17
Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários	17
Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários	17
Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas	18
Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos	18
Não Existência de Garantia de Rentabilidade	18
Riscos Provenientes do Uso de Derivativos	18
Outros Riscos	18
4. FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	19
Forma, Base Legal e Prazo de Duração	20
Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento	20
Administração e Gestão do Fundo	20
Prestadores de Serviço do Fundo	21
Objetivo do Fundo	22
Investimentos do Fundo	22
Período de Investimentos para a Formação da Carteira	24
Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas	25
Condições de Amortização e Resgate das Quotas	28
Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo	30
Inadimplência dos Quotistas	31
Liquidação do Fundo e de seus Investimentos	32
Assembleia Geral de Quotistas	33
Partes Relacionadas ao Administrador e Situações de Conflitos de Interesses	33
Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo	33
Taxa de Administração e Encargos do Fundo	35
Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo	36
Atendimento aos Quotistas	38

Anexo I - Cópia da Ata da Assembléia Geral de Quotistas que deliberou a alteração do Regulamento do Fundo e aprovou a Segunda Emissão de Quotas do Fundo

Anexo II - Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

Anexo III - Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM n.º 400/03

1. DEFINIÇÕES

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira e gestão de carteira de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61
Auditores Independentes	Na data deste Prospecto, a empresa de auditoria contratada pelo Fundo era a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Guerra, n.º 127, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 49.928.567/0001-11
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos, de acordo com os critérios de diversificação e composição estabelecidos no Regulamento
Chamadas de Capital	Hipóteses em que os Quotistas do Fundo serão chamados a aportar recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas, nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador, por solicitação e mediante informações fornecidas pelo Gestor, na medida em que o Gestor (i) identifique necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos
Companhia(s) Investida(s)	Qualquer companhia cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira do Fundo
Companhias Alvo	As companhias que atendam aos requisitos descritos no Regulamento, de forma que sejam passíveis de investimento pelo Fundo
Compromisso de Investimento	Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas, que será assinado pelo investidor na data de subscrição de Quotas, por meio do qual o

	investidor se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas
Custodiante	O Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/ n.º, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Encerramento para Subscrição	90 (noventa) dias contados da data de registro de cada Emissão na CVM
Instrução CVM n.º 391/03	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
Novas Quotas	Novas quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo, além das Quotas da Primeira e da Segunda Emissão
Outros Ativos	Além dos Valores Mobiliários, outros ativos que podem ser objeto de aquisição pelo Fundo, quais sejam, certificados de depósito de emissão de instituições financeiras com baixo risco de crédito e títulos públicos federais, no limite de até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo, conforme definido no regulamento
Partes Relacionadas ao Administrador	São quaisquer das seguintes pessoas relacionadas ao Administrador ou ao Gestor: (i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o Administrador ou o Gestor detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social; (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador ou do Gestor; (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos itens (i) a (iii) acima participem com

	participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente
Patrimônio	O patrimônio do Fundo, formado por Quotas de uma única classe
Patrimônio Líquido	A soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades
Período de Desinvestimento	Período que se iniciará no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos e se estenderá até a data de liquidação do Fundo, no qual o Gestor interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser aprovado, previamente à respectiva execução, pela Assembléia Geral de Quotistas
Período de Investimentos	Período de investimentos do Fundo em Valores Mobiliários que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 5 (cinco) anos
Preço de Emissão	O preço unitário de emissão das Quotas da Segunda Emissão do Fundo, correspondente a R\$ 345,16 (trezentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos)
Preço de Integralização	Preço de integralização das Quotas do Fundo, correspondente ao valor da Quota na data da integralização
Primeira Emissão	Primeira emissão de Quotas do Fundo
Prospecto	Este prospecto do Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações
Quotas	Quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo, incluindo as Novas Quotas do Fundo
Quotista Inadimplente	Quotista que deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento

Quotistas	Investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo
Regulamento	Regulamento do Fundo, anexo ao presente Prospecto
Segunda Emissão	Segunda emissão de Quotas do Fundo, composta por 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) Quotas, totalizando o montante equivalente a até R\$ 189.838.000,00 (cento e oitenta e nove milhões oitocentos e trinta e oito mil reais reais)
Taxa de Administração	Taxa de administração devida pela administração e gestão do Fundo, equivalente ao percentual de 1% (um por cento) ao ano calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto no Regulamento, que contemplará a remuneração do Administrador, no exercício da atividade de administração do Fundo, e a remuneração do Gestor, no exercício da atividade de administração da Carteira
Valores Mobiliários	Ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações emitidos pelas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como no Regulamento do Fundo.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. A Oferta

As Quotas da Segunda Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado. A Oferta será conduzida exclusivamente pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de instituição administradora do Fundo.

2.1.2. Público Alvo da Oferta

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

2.1.3. Registro da Oferta das Quotas A Oferta foi registrada na CVM nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400/03.

2.1.4. Quantidade de Quotas da Segunda Emissão

A Segunda Emissão é composta por 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) Quotas, todas correspondentes a frações ideais do Patrimônio Líquido, com preço inicial de emissão de R\$ 345,16 (trezentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos) por Quota, totalizando a Segunda Emissão o montante de até R\$ 189.838.000,00 (cento e oitenta e nove milhões oitocentos e trinta e oito mil reais reais).

2.1.5. Preço de Emissão no Âmbito da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas da Segunda Emissão foi fixado em R\$ 345,16 (trezentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos) por Quota, nos termos do item 6.2.1. do Regulamento.

2.1.6. Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas e Prazo de Colocação

No ato de subscrição das Quotas da Segunda Emissão do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de registro de cada Emissão na CVM. As Quotas representativas do Patrimônio

que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão serão canceladas pelo Administrador.

Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o preço de emissão de tais Novas Quotas será o valor correspondente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo (calculado de acordo com o disposto no Regulamento) pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos na data de cada emissão de Novas Quotas. Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do Patrimônio Líquido do Fundo.

A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) meses contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo Preço de Integralização, conforme Chamada de Capital que venha a ser realizada pelo Administrador, mediante pedido do Gestor, aos Quotistas, com cópia ao Gestor. Na medida em que o Gestor (i) identifique necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Gestor solicitará ao Administrador que comunique os Quotistas de tal necessidade e envie aos Quotistas Chamadas de Capital.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

2.1.7. Cronograma de Etapas da Oferta

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a publicação do anúncio de início.
Prazo de Colocação	As Quotas representativas do Patrimônio deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção de adquirir Quotas no âmbito da Oferta junto ao Administrador, a qualquer momento a partir do primeiro dia útil do prazo de colocação e até 2 (dois) dias úteis anteriores à data de publicação do anúncio de encerramento da Oferta, por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição.
Distribuição junto ao público	As Quotas serão colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM n.º 409/04.
Subscrição e Integralização de Quotas	No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretroatável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e do Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no

	Compromisso de Investimento, no Regulamento e no Prospecto. A integralização das Quotas representativas do Patrimônio deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) meses contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM. O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.
Divulgação do Resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da publicação de anúncio de encerramento no periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo.

2.1.8. Valor Mínimo de Investimento

A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

2.2. Negociação das Quotas

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. O Administrador poderá, outrossim, mediante orientação do Gestor, registrar as Quotas à negociação nos sistemas de negociação SOMA FIX e BOVESPA FIX, mantidos e operacionalizados pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois do Regulamento.

2.3. Custos de Distribuição Pública das Quotas

Além dos custos relativos ao pagamento da taxa de registro da Oferta perante a CVM e às publicações relativas à Oferta, o Administrador não incorreu em outros custos relacionados à distribuição pública das Quotas. Tendo em vista que o Administrador, na qualidade de sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, será o único responsável pela distribuição pública das Quotas da Segunda Emissão junto ao público investidor, não serão devidas pelo Fundo quaisquer comissões referentes à colocação pública das Quotas da Segunda Emissão.

Adicionalmente, os custos relativos aos serviços prestados pelos Auditores Independentes somente serão incorridos pelo Fundo com relação as atividades desenvolvidas pelo Fundo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a colocação pública das Quotas.

2.4. Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta, do Fundo e deste Prospecto, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à BOVESPA e/ou à sede do Administrador, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo.

Administrador:

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3974.4535

Fax.: (21) 3974.4501

Correio Eletrônico: clientservice@mellonbrail.com.br

Website: <http://www.mellonservicosfinanceiros.com.br>

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo – SP

Website: www.cvm.gov.br

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Libero Badaró, n.º 425, 24º andar

São Paulo – SP

Website: www.cetip.com.br

2.5. Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes

2.5.1. Assessores Legais

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447

São Paulo – SP

At.: Dra. Marina Procknor e Dr. André Costa De Vita

Tel.: (11) 3147-7822

Fax: (11) 3147-7770

Correio eletrônico: marina@mattosfilho.com.br / acdevita@mattosfilho.com.br

2.5.2. Auditores Independentes

Os auditores responsáveis pela auditoria/revisão das demonstrações financeiras do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Rua José Guerra, n.º 127

São Paulo – SP

Tel.: (11) 5186-1000

Fax: (11) 5186-6981

Website: www.deloitte.com.br

2.6. Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, na qualidade de instituição responsável pela colocação pública das Quotas da Segunda Emissão, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelos Srs. José Carlos Xavier de Oliveira, na qualidade de diretor estatutário do Administrador, e Luisa Sabóia, na qualidade de procuradora do Administrador.

3. FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.1. Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, somente admite o resgate de suas Quotas na data de liquidação do Fundo. As amortizações parciais e/ou total das Quotas serão promovidas pelo Administrador, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, inclusive durante o Período de Investimentos, mediante solicitação prévia e por escrito do Gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento referentes à integralização de suas Quotas e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

3.2. Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários

Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

3.3. Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais Valores Mobiliários e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.4. Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

3.5. Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos

O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Cláusula Três e na Cláusula Quatro do Regulamento, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo, o que implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, e poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas do Fundo, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira, bem como dos setores econômicos de atuação de tais Companhias Investidas.

3.6. Não existência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas do Fundo.

3.7. Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

3.8. Outros Riscos

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

4. FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Os termos utilizados nesta seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e na seção “Definições” deste Prospecto. Esta seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

4.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM n.º 391/03, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos em seu Regulamento.

O Fundo tem prazo de duração de 6 (seis) anos a contar da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, prorrogável por um período adicional de até 3 (três) anos, mediante proposta do Gestor e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação estabelecido no Regulamento.

4.2. Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo de cada investidor interessado em adquirir Quotas do Fundo é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

4.3. Administração e Gestão do Fundo

4.3.1. Administrador

O Fundo é administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 4.620, de 19 de dezembro de 1997, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61. O Administrador contratou a Artésia Gestão de Recursos S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM, por meio do Ato Declaratório n.º 8.014, de 28 de outubro de 2004, para o exercício profissional de administração de carteiras, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.551, conjunto 1.812, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.597.017/0001-91, para realizar a gestão da Carteira do Fundo (“Gestor”).

O diretor do Administrador, responsável civil e criminalmente pela supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, nos termos da regulamentação em vigor, é o Sr. José

Carlos Xavier de Oliveira, brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 04.667.892 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob n.º 003.888.737-10.

Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos do Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração do Fundo. O Gestor tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à gestão da Carteira do Fundo e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais, de qualquer natureza, dos emissores dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

4.3.2. Renúncia e Destituição do Administrador

O Administrador ou o Gestor do Fundo poderão renunciar à administração e gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar a Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição ou a substituição do Gestor (observado o quorum de deliberação disposto no Regulamento), a qual deverá ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de encaminhamento da notificação ora referida. Na hipótese de renúncia do Administrador ou do Gestor, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e/ou gestão do Fundo, conforme o caso, até que outra instituição venha a lhe substituir ou venha a substituir o Gestor, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração.

Além da hipótese de renúncia descrita acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento.

4.4. Prestadores de Serviço do Fundo

4.4.1. Custodiante

A custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira e a escrituração das Quotas é realizada por instituição devidamente qualificada a prestar serviços de custódia e escrituração, o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/ n.º, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12. Os serviços prestados pelo Custodiante ao Fundo constituem encargos do Fundo.

4.4.2. Auditor Independente

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Guerra, n.º 127, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 49.928.567/0001-11, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação, bem como da atuação do Administrador.

4.5. Objetivo do Fundo

O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos a seus Quotistas, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação, de emissão de companhias que (i) tenham por objeto social a industrialização, o comércio, a importação e a exportação de produtos químicos, metálicos, farmacêuticos e seus derivados, ou (ii) que tenham por objeto social a participação em companhias cujo objeto social contemple as atividades acima descritas e, quando for o caso, de emissão de outras companhias que atendam aos requisitos descritos neste Prospecto.

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida, (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida e/ou (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida.

4.6. Investimentos do Fundo

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão propostos pelo Gestor, e desde que previamente aprovados pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, serão realizados mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos no Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo em Outros Ativos, desde que aprovados previamente pelos Quotistas do Fundo reunidos em Assembléia Geral, serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

Caso o Fundo deseje investir em Companhias Alvo sem registro de companhia aberta perante a CVM ("Companhias Fechadas"), tais Companhias Fechadas somente poderão receber investimentos do Fundo se atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela Companhia Fechada, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Fechada em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Fechada deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a Companhia Fechada deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Fechada, se houver;

- (iv) a Companhia Fechada deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de bônus de subscrição, a Companhia Fechada deverá ter obrigação em seus documentos societários e/ou acordos de acionistas no sentido de aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os incisos (i) a (iv) acima; e
- (vi) a Companhia Fechada deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

4.6.1. Formação e Composição da Carteira

A Carteira do Fundo pode ser composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas; e
- (ii) Outros Ativos.

Na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo, além da prévia aprovação pelos Quotistas do Fundo nos termos dos itens 4.8. e 5.3. do Regulamento, devem ser observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (v) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital, deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador e ao Gestor, a título de pagamento de Taxa de Administração, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iv) os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros

Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização, não poderão ser superior a 45 (quarenta e cinco) dias, observado que o Gestor terá a faculdade descrita no item (v) abaixo por prazo indeterminado;

- (v) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos sejam necessários ao pagamento de despesas e outros encargos do Fundo, nos termos da regulamentação e do Regulamento.

Caso investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no inciso (i) acima, o Administrador convocará, mediante solicitação do Gestor, Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido no inciso (i) acima ou (ii) a restituição dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados pelo Fundo e que não tenham se concretizado por qualquer razão fora do controle do Administrador e/ou do Gestor e/ou das outras partes envolvidas no investimento do Fundo.

Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

4.7. Período de Investimentos para a Formação da Carteira

O Fundo terá um Período de Investimentos em Valores Mobiliários, que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 5 (cinco) anos. Durante o Período de Investimentos, o Fundo realizará investimentos exclusivamente nas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas que atendam aos critérios descritos no Regulamento, mediante decisão e orientação do Gestor.

Os recursos utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito no Regulamento e neste Prospecto.

4.7.1. Novos Aportes de Recursos

Investimentos em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimentos, mediante prévia aprovação pela Assembléia Geral de Quotistas, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos:

- (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Gestor e/ou pela Assembléia Geral de Quotistas antes do término do Período de Investimentos e ainda não concluídos definitivamente; ou
- (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

Sem prejuízo no disposto acima, no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos, o Gestor interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser (i) aprovado, previamente à respectiva execução, pela Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, e (ii) concluído até a data de liquidação do Fundo.

Na hipótese de o Gestor entender necessária a aprovação de novas emissões de Quotas do Fundo (cada, uma “Emissão”), após a Data de Encerramento para Subscrição de cada Emissão, para a realização de novos investimentos do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou para o eventual pagamento de despesas e encargos do Fundo, será convocada Assembléia Geral de Quotistas para aprovação da referida matéria, observado o quorum de deliberação disposto no Regulamento.

4.8. Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas

4.8.1. Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido e são de uma única classe.

Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa e serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo custodiante do Fundo, a ser contratado pelo Administrador.

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

4.8.2. Patrimônio do Fundo

O Patrimônio do Fundo será formado por Quotas de uma única classe, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito de cada Emissão.

O Preço de Emissão das Quotas da Segunda Emissão será correspondente a R\$ 345,16 (trezentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos) totalizando a Segunda Emissão o montante equivalente a até R\$ 189.838.000,00 (cento e oitenta e nove milhões oitocentos e trinta e oito mil reais).

4.8.3. Valor das Quotas

As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

4.8.4. Direito de Voto

Todas as Quotas têm direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

4.8.5. Condições de Emissão e Subscrição de Quotas do Fundo

Cada emissão de Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas do Fundo serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão e serão integralizadas em moeda corrente nacional de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos do Regulamento e deste Prospecto.

Emissões de Novas Quotas do Fundo somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum disposto no Regulamento.

O preço de emissão das Novas Quotas será o valor correspondente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos na data de cada emissão de Novas Quotas.

No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, que será assinado por cada investidor na data de subscrição de suas Quotas, e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão serão canceladas pelo Administrador.

4.8.6. Direito de Preferência para Novas Emissões

Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do Patrimônio Líquido do Fundo.

4.8.7. Integralização das Quotas da Segunda Emissão

As Quotas da Segunda Emissão do Fundo serão integralizadas pelo Preço de Integralização, conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, mediante pedido do Gestor, aos Quotistas de acordo com os procedimentos abaixo, observado, ainda, o disposto em cada Compromisso de Investimento firmado com os Quotistas do Fundo.

Na medida em que o Gestor (i) identifique necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Gestor solicitará ao Administrador que comunique os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.

Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador (mediante orientação e informações fornecidas pelo Gestor) e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

O procedimento disposto neste item será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas de cada Emissão subscritas pelos Quotistas, conforme o caso, tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir o disposto neste item “Integralização das Quotas” e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item “Inadimplência dos Quotistas” abaixo.

A integralização das Quotas representativas do Patrimônio deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) meses a contar da data de registro da Segunda Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

4.8.8. Negociação das Quotas e Direito de Preferência para Compra e Venda

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. O Administrador poderá, mediante orientação do Gestor, registrar as Quotas à negociação nos sistemas de negociação SOMA FIX e BOVESPA FIX, mantidos e operacionalizados pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois do Regulamento.

Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com os requisitos descritos no item 7.4.3. do Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

A subscritora somente poderá alienar Quotas do Fundo de sua titularidade a terceiros e/ou a outros Quotistas, na hipótese de tais Quotas já encontrarem-se inteiramente integralizadas e em observância dos termos e condições do Regulamento.

Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Prospecto e no Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas de Quotas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos da Cláusula Dois do Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

4.9. Condições de Amortização e Resgate das Quotas

O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, inclusive durante o Período de Investimentos, mediante solicitação prévia e por escrito do Gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

Durante o Período de Investimento, sempre que o valor do Patrimônio Líquido do Fundo for inferior ou equivalente a R\$ 12.220.000,00 (doze milhões e duzentos e vinte mil reais), será vedado ao Fundo realizar pagamentos aos Quotistas, a título de amortização, em valores superiores, em cada ano, a 5% (cinco por cento) do valor total do principal investido por todos os Quotistas no Fundo durante os primeiros 5 (cinco) anos de sua duração.

Não obstante o disposto acima, o limite de 5% (cinco por cento) não se aplicará aos pagamentos efetuados pelo Fundo aos Quotistas, a título de amortização: (i) de valores decorrentes de dividendos e outros rendimentos auferidos pelo Fundo em decorrência dos recursos investidos em Companhias Investidas; e (ii) desde que o valor do Patrimônio Líquido do Fundo seja, no mínimo, equivalente a R\$ 12.220.000,00 (doze milhões e duzentos e vinte mil reais).

Sem prejuízo do disposto acima, as amortizações parciais e/ou total das Quotas deverão ocorrer mediante estrita observância dos prazos estabelecidos no item 4.6.1 deste Prospecto.

Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese de inadimplemento por parte do Quotista, nos termos do item “Inadimplência dos Quotistas” abaixo.

Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota na data do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização será aquele correspondente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação na data do pagamento da amortização.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no 1º (primeiro) dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor na data do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediada a instituição financeira na qual o Quotista mantém conta corrente e/ou de investimento na qual serão depositados os valores referentes a pagamentos de amortizações de suas Quotas, o pagamento será efetuado no 1º (primeiro) dia útil seguinte, pelo valor da Quota original que seria atribuído ao Quotista, sem adição de qualquer remuneração ou ajuste.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Gestor tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e, em um segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo, para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador e o Gestor estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando o Administrador autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;

- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o inciso acima;
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas do Fundo em circulação.

As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

4.10. Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do Custodiante do Fundo.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

O exercício social do Fundo será do ano civil e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

O valor do Patrimônio Líquido do Fundo será calculado diariamente considerando os critérios estabelecidos abaixo.

No cálculo do valor da Carteira, os ativos integrantes da Carteira devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos no Regulamento. Inicialmente, os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito; e
- (ii) Valores Mobiliários serão avaliados pelo seu custo de aquisição.

Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

4.11. Inadimplência dos Quotistas

Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento ("Quotista Inadimplente"), (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas e/ou Novas Quotas do Fundo), até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no item 7.6.2. do Regulamento e neste item, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas e/ou Novas Quotas, conforme previsto no Regulamento.

Se o Administrador realizar amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas do Fundo (nessa última hipótese, no caso de liquidação do Fundo) em período em que um Quotista esteja classificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este parágrafo, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

Independentemente do disposto no parágrafo acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente.

As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo Administrador serão primeiro ofertadas aos demais Quotistas do Fundo, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo, observado o disposto neste item.

O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

4.12. Liquidação do Fundo e de seus Investimentos

A liquidação programada do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Gestor, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Gestor, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e para aqueles Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de operações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item “Condições de Amortização e Resgate das Quotas”.

Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação, e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento.

4.13. Assembléia Geral de Quotistas

As matérias de competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, bem como o quorum de instalação e de aprovação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos na Cláusula Nove do Regulamento.

4.14. Partes Relacionadas ao Administrador e Situações de Conflitos de Interesses

Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges,

individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;

- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:
 - a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
 - b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador, ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador ou pelo Gestor (carteira de investimentos ou fundo de investimento), ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias Investidas, ou (iv) entre o Fundo e as pessoas referidas no inciso (i) acima será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento).

4.15. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo

O Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

A divulgação de informações de que trata o parágrafo acima será feita no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (b) o número de Quotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto no Regulamento e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com o Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

4.16. Taxa de Administração e Encargos do Fundo

4.16.1. Taxa de Administração

Pela administração e gestão do Fundo, será devida uma Taxa de Administração equivalente ao percentual de 1% (um por cento) ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, sendo que a Taxa de Administração contemplará a remuneração do Administrador, no exercício da atividade de administração do Fundo ("Remuneração do Administrador"), e a remuneração do Gestor, no exercício de atividade de administração da Carteira ("Remuneração do Gestor").

A Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor serão calculadas e pagas de acordo com o Regulamento.

4.16.2. Outros Encargos

Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas no Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, desde que inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (xi) despesas, sem limitação de valor, desde que inerentes à contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, inclusive o Gestor, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

4.17. Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira do Fundo é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de Valores Mobiliários das Companhias Investidas, não listadas em bolsa de valores, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.17.1. Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

As operações com as Quotas do Fundo podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate de Quotas do Fundo; e (c) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão

organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade ("Paraíso Fiscal").

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas do Fundo ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos pelos (i) Quotistas do Fundo residentes no Brasil (a) nas contas correntes de depósito à vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); ou (b) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento); e (ii) Quotistas do Fundo residentes no exterior, em contas de sua titularidade, até o limite dos valores ingressados, registrados no Banco Central do Brasil.

4.17.2. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

4.18. Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3974-4535

Fax.: (21) 3974-4501

Correio Eletrônico: clientservice@mellonbrail.com.br

Website: <http://www.mellonservicosfinanceiros.com.br>

5. ANEXOS

ANEXO I AO PROSPECTO

Cópia da Ata da Assembléia Geral de Quotistas que deliberou a alteração do Regulamento do Fundo e aprovou a Segunda Emissão de Quotas do Fundo

ANEXO II AO PROSPECTO

Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

ANEXO III AO PROSPECTO

Declaração do Administrador